

VISÃO DO CORREIO

Recorrer à OMC é necessário, mas não tem efeitos imediatos

O Brasil fez o que deveria fazer ao recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as novas tarifas impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros. A iniciativa preserva os interesses nacionais, documenta juridicamente a arbitrariedade norte-americana e reafirma a opção histórica do país pelo multilateralismo. Entretanto, não se deve alimentar muita esperança de que o processo leve Donald Trump a rever sua decisão. O objetivo do presidente norte-americano é, inclusive, esvaziar a OMC e substituir as regras negociadas coletivamente por uma política comercial unilateral, protecionista e impositiva.

Segundo o governo brasileiro, Washington violou o princípio da nação mais favorecida, previsto no Artigo I do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, ao tratar produtos brasileiros de maneira menos favorável do que mercadorias semelhantes originárias de outros países. A acusação é de que foram aplicadas sanções com base em avaliações unilaterais, ignorando o sistema de solução de controvérsias da OMC. A argumentação brasileira é consistente, mas o problema é político.

O Órgão de Apelação da OMC está paralisado desde dezembro de 2019, quando os mandatos de seus últimos integrantes expiraram sem que novos árbitros fossem nomeados. Washington bloqueou sistematicamente a recomposição do tribunal, impedindo a confirmação de decisões comerciais desfavoráveis aos EUA. Assim, quando um país prejudicado recorre, a disputa fica suspensa por tempo indeterminado. Em 2025, os Estados Unidos voltaram a impedir a retomada do órgão, apesar do apoio de 130 países à sua recomposição.

Recorrer à OMC, porém, é necessário mesmo sem a expectativa de uma solução imediata. O processo estabelece uma posição jurídica, reúne provas, fortalece eventuais negociações e impede que a medida norte-americana seja naturalizada.

O Brasil não pode aceitar como legítima a substituição de compromissos internacionais pela vontade de uma potência. Trump utiliza tarifas como instrumentos de coerção política: estabelece custos econômicos, exige concessões e negocia bilateralmente a partir da assimetria de poder entre os Estados Unidos e cada país atingido.

A justificativa oficial é combater supostas práticas brasileiras consideradas “injustas”, “discriminatórias” ou prejudiciais às empresas norte-americanas. Com base nas acusações, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) impôs uma tarifa de 25% sobre determinados produtos brasileiros. Essa narrativa, porém, não se sustenta. Os Estados Unidos acumulam há 15 anos superávits no comércio de bens e serviços com o Brasil.

O pano de fundo é geopolítico. Washington pretende conter a expansão econômica, tecnológica e diplomática da China na América do Sul, região em que Pequim se tornou o principal parceiro comercial de vários países e ampliou investimentos em energia, infraestrutura, mineração, telecomunicações e tecnologia. O Brasil é a maior economia sul-americana, integra os Brics, participa do G20 e procura manter relações simultâneas com Estados Unidos, União Europeia, China e demais polos de poder. Essa autonomia não nasceu no governo Lula. A diplomacia brasileira sempre procurou preservar margem própria de decisão.

A atuação do secretário de Estado, Marco Rubio, deve ser compreendida dentro dessa estratégia. No caso brasileiro, o tarifaço também passou a interferir objetivamente na disputa presidencial. Rubio acusou o governo Lula de não negociar de boa-fé, enquanto o governo brasileiro atribuiu motivação eleitoral às sanções. O propósito político parece ser isolar o Brasil na América do Sul e criar condições favoráveis à eleição de um governo automaticamente alinhado aos Estados Unidos.



MARCOS PAULO LIMA

marcospaulo.df@cbnet.com.br

O craque não pode ser o técnico

Há um paralelo pouco explorado entre as duas últimas participações do Brasil na Copa do Mundo. Em 2023, na Austrália e na Nova Zelândia, a Seleção feminina, comandada à época pela sueca Pia Sundhage, foi eliminada pela Jamaica ainda na fase de grupos após o empate sem gols na última rodada. O time verde-amarelo não caía tão cedo em um Mundial desde 1995.

Três anos depois, foi a vez da Seleção masculina, dirigida pelo italiano Carlo Ancelotti, dar adeus nas oitavas de final no Canadá, Estados Unidos e México ao perder por 2 x 1 para a Noruega. A eliminação mais precoce desde a Copa da Itália, em 1990.

Os paralelos continuam. Pia chegou ao Brasil depois de conquistar duas medalhas de ouro olímpicas pelos Estados Unidos em Pequim-2008 e em Londres-2012, uma prata com a Suécia no Rio-2016 e um vice-campeonato mundial em 2011. Ancelotti desembarcou como o técnico mais vencedor da Liga dos Campeões, com cinco títulos, dois pelo Milan e três com o Real Madrid; e o único campeão das cinco principais ligas nacionais da Europa: Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano. Nenhum deles chegou perto do que se esperava.

A tentação é ceder ao pecado da xenofobia e concluir que técnicos estrangeiros não funcionam na Seleção Brasileira. Longe disso! Além de preconceituosa, a explicação é simplista. Talvez a pergunta correta seja outra: por que dois dos treinadores mais respeitados do futebol mundial encontraram exatamente o mesmo limite em duas Copas do Mundo disputadas em universos totalmente diferentes?

Os dois herdaram de Oswaldo Alvarez, o Vadão, e de Tite, respectivamente, seleções em transição. Pia administrou a reta final da carreira de Marta ao levá-la à Copa de 2023. Ancelotti encontrou Neymar distante do auge. Mesmo assim, o convocou para ir à América do Norte neste ano. Ambos conviveram com o peso de gerenciar os maiores ídolos do país e terminaram as

respectivas Copas com equipes de pouca criatividade ofensiva, sem uma identidade clara e carentes da melhor versão dos donos da camisa 10.

Há, porém, uma coincidência ainda mais reveladora. Durante décadas, o Brasil acostumou-se a produzir jogadores capazes de decidir partidas acima de qualquer sistema tático. Eles e elas desatavam nós. Os treinadores eram importantes, mas o talento frequentemente se impunha às circunstâncias.

Nas duas últimas Copas, a lógica se inverteu. Pela primeira vez em muito tempo, a esperança esteve mais no banco de reservas do que dentro de campo. A expectativa era de que Pia Sundhage e Carlo Ancelotti reorganizassem seleções que já não contavam com uma geração capaz de desequilibrar como tantas outras fizeram no passado.

Nenhum deles conseguiu. Não por falta de competência. Os currículos de Pia Sundhage e de Carlo Ancelotti continuam incontestáveis. A Seleção feminina optou pela mudança. Iniciou uma nova era com Arthur Elias. O ciclo para a Copa do Mundo de 2027 no Brasil tem a conquista de uma Copa América pelo caminho contra a Colômbia, em 2025, com direito a gol decisivo de Marta no tempo regulamentar antes do triunfo nos pênaltis.

A masculina seguirá rumo à Copa de 2030 sob a batuta de Ancelotti. O tempo dirá se o italiano conseguirá escrever um capítulo diferente. Ao contrário de Arthur Elias, ele não contará mais com Neymar. Ele anunciou a aposentadoria da Seleção. As duas experiências recentes com Pia e Ancelotti permitem uma reflexão. Durante décadas, o futebol brasileiro discutiu se os treinadores do país eram capazes de acompanhar a qualidade dos jogadores. Nas últimas Copas, a pergunta mudou de lado.

Passou-se a esperar da área técnica a compensação daquilo que, durante gerações, nasceu naturalmente em campo. A ilusão nunca esteve na cor do passaporte dos treinadores, mas na expectativa de que a prancheta substituisse o talento. O craque não pode ser o técnico.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredit.df@dabr.com.br

Diplomacia

Embaixador permanece no Brasil após consulta e adia retorno à Argentina. Decisão acertada essa do Itamaraty. Visitas políticas ou privadas não são salvo-conduto para ofensas gratuitas ao chefe de Estado e ao povo que o elegue. Se quer diálogo e parceria comercial, tem que aprender a respeitar a casa dos outros.

» Ijanice Guajajara

Brasília

Ingerência

Imaginem se um consulado estrangeiro nos Estados Unidos — da França, da Rússia, da China, do Reino Unido ou da Alemanha — convidasse influenciadores democratas ou republicanos para uma reunião. Isso é crime, segundo a Constituição dos EUA. Conforme leis internacionais, é ingerência e tentativa ilegal de interferir nas eleições de um país estrangeiro. A atuação do Consulado dos EUA em São Paulo ao reunir influenciadores de uma linha política específica afronta diretamente as regras diplomáticas. Pelo direito internacional (Art. 55 da Convenção de Viena, sobre relações consulares), diplomatas têm o dever expreso de não se imiscuir nos assuntos internos do país hospedeiro. Essa conduta fere a Constituição Brasileira (Art. 4º), que preza pela soberania nacional e pelo princípio da não intervenção. Diplomacia serve para pontes institucionais e comerciais, não para ingerência e militância política no debate interno de outra nação.

» Rodrigo Garcia

Porto Alegre (RS)

Sem plano B

O Brasil da impunidade, da corrupção, da insegurança jurídica, dos penduricalhos e da economia fragilizada (dívida de 80% do PIB) será a herança deixada por Lula ao presidente eleito em 2026. Seja lá quem for eleito — inclusive o próprio Lula — terá que agir sobriamente, emagrecendo a onerosa e ineficiente máquina pública, reduzindo despesas e rezar para que a situação não se agrave ainda mais com as intempéries naturais. Não existe plano B.

» Humberto Schuwartz Soares

Vila Velha (ES)

Terceira via

Estão procurando uma terceira via, focando pessoas, buscando concepção ideológica diferenciada ou tentando encontrar ponto intermediário entre esquerda e direita. Não encontraram e não vão encontrar, simplesmente porque procuram no lugar errado. A busca de alternativas exige mudança no modo de pensar. Pensando como sempre o fizemos, somente podemos encontrar mais do mesmo. Para encontrar alternativa real, precisamos evoluir para uma nova e superior episteme, bem como formalizar projeto capaz de seduzir as mentes para um novo estágio conceitual, no qual a própria defesa do antigo pensamento seja considerada desonrosa. Trata-se não de um projeto que se contrapõe ao que está aí, mas que, radicalmente, o supera: uma nova Teoria do Estado, fundada em nova concepção política e novos princípios organizadores. Um Estado civilizador cuja descrição já está disponível. Terceira via é o povo.

» Rubi Rodrigues

Octogonal

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Paraguai levou quase uma semana para ficar indignado. Foi logo depois da patacada do Milei. A indignação paraguaia tem um nome: Marco Rubio. Não me admiraria se Colômbia, Peru etc. arrumarem uma encrenca com a gente já, já.

Gilmar Silveira — Brasília

O patriotismo prega que é melhor ficar com a boca fechada para não gerar desconforto diplomático. Isso na visita de qualquer das partes. Faz diferente enquanto cobra de outros governantes postura semelhante.

Antônio Magalhães — São Paulo

Esses efeitos da crise climática estão deixando um rastro de destruição aos nossos irmãos gaúchos! Tem tantas regiões que estão precisando de chuvas, e lá está chovendo em excesso! Triste demais ver a população com tantos problemas e prejuízos!

Luciana Cardoso — Brasília

Irretocável o artigo da edição desta sexta-feira da coluna Visto, lido e ouvido, intitulado *Agora é só abrir as janelas*. É para ser recortado, colocado em um quadro e pendurar na parede.

Manoel Alexandre — Brasília

Erramos

• *Diferentemente do que informou o título da entrevista com a candidata do PT-DF ao Senado Erika Kokay publicada na página 13 da edição do Correio de 31 de julho, a parlamentar não afirmou que “a defesa do Supremo é nossa prioridade”. Ao responder sobre iniciativas de confronto ao Supremo Tribunal Federal, Kokay criticou tentativas de impedir a responsabilização de envolvidos em atos contra a democracia e declarou estar “do lado do Estado Democrático de Direito”.*

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houera, lá chegara”

Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br